

SUMÁRIO

EDITORIAL	29
AUTORES CONVIDADOS	
O DIREITO, A CONTABILIDADE E SEUS SISTEMAS DE REFERÊNCIA: TÓPICOS SOBRE A PRIMAZIA DA SUBSTÂNCIA SOBRE A FORMA E A REALIZAÇÃO DA RENDA PARA FINS DE TRIBUTAÇÃO <i>Alexandre Alkmim Teixeira</i>	37
REVISITANDO O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS <i>André Elali</i>	61
ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO CARF SOBRE A DEDUÇÃO DE DESPESAS LIGADAS A ILÍCITOS E DE UMA DAS CAUSAS DAS SUAS CONTROVÉRSIAS <i>Carlos Augusto Daniel Neto</i>	83
A REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO <i>Lana Borges</i>	115
PARECER. PRÊMIO DE RESSEGURO PARA RESIDENTE NA SUÍÇA. APLICAÇÃO DO ARTIGO 7º (1) DO TRATADO ENTRE BRASIL E SUÍÇA. TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA PELO PAÍS DE RESIDÊNCIA. CARACTERIZAÇÃO COMO LUCROS DAS EMPRESAS E APLICAÇÃO DA SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N. 138/2021 <i>Sergio André Rocha</i>	141

ARTIGOS

INTERPRETANDO A DEDUTIBILIDADE E O CREDITAMENTO COM OS GASTOS COM LOGÍSTICA REVERSA À LUZ DA ECONOMIA SUSTENTÁVEL <i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	161
TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO: DAS TAXAS DE CADASTRO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL À DEFESA DO MEIO AMBIENTE COMO PRINCÍPIO NORTEADOR DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E AO IMPOSTO SELETIVO <i>Artur Salibe</i> <i>Leandro Paulsen</i>	185
PARÂMETROS PARA APLICAÇÃO DA NORMA ANTIELISIVA NO BRASIL, APÓS O JULGAMENTO DA ADI 2.446/DF <i>Cláudio Tessari</i> <i>Letícia Orlandini Lodi</i>	213
A OPERAÇÃO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA: REQUISITOS PARA SUA CARACTERIZAÇÃO E CRÍTICAS AOS POSICIONAMENTOS RECENTES DO FISCO DO ESTADO DE SÃO PAULO <i>Daniel Dix Carneiro</i>	237
A REFORMA TRIBUTÁRIA E OS INCENTIVOS FISCAIS DA ZONA FRANCA DE MANAUS <i>Diego Francivan dos Santos Chaar</i> <i>Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho</i>	259
A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF) E AS SÚMULAS CARF <i>Fernando Brasil de Oliveira Pinto</i> <i>Jorge Claudio Duarte Cardoso</i>	287
LUCROS NÃO REALIZADOS NAS OPERAÇÕES <i>DOWNSTREAM</i> : EFEITOS TRIBUTÁRIOS <i>Gabriel Moreira</i> <i>Paulo Rosenblatt</i>	303

O ESTATUTO DA CIDADE E OS INSTITUTOS TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS: BREVE APONTAMENTOS SOB O VIÉS AMBIENTAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)	331
<i>Gilson Cesar Borges de Almeida</i>	
A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA NO BRASIL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA FISCAL	347
<i>Gustavo Carrile da Silva</i>	
O IBS E A PERSPECTIVA DE GUERRA FISCAL ENTRE OS MUNICÍPIOS	367
<i>João Hélio de Farias Moraes Coutinho</i> <i>Raymundo Juliano Feitosa</i> <i>Rogério Salviano Alves</i>	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS SOBRE O NOVO REGIME TRIBUTÁRIO DAS SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS NA LEI N. 14.789/2023	393
<i>João Paulo Barbosa Lyra</i>	
A ORDEM TRIBUTÁRIA COMO BEM JURÍDICO PROTEGIDO NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS	425
<i>Leandro Paulsen</i> <i>Ângelo Roberto Ilha da Silva</i>	
NÃO INCIDÊNCIA DO IRPJ E DA CSLL SOBRE OS DESCONTOS CONCEDIDOS EM TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA	451
<i>Luciano Gonçalves Faria Júnior</i> <i>Leonardo Melo do Amaral</i>	
A (NÃO) INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE O STOCK OPTIONS PLAN	467
<i>Marcela Reis Figueiredo Pinto</i> <i>Carlos Henrique Machado</i>	
A AUSÊNCIA DE UMA REGRA GERAL DE CORRELAÇÃO ENTRE RECEITAS TRIBUTÁVEIS E DESPESAS DEDUTÍVEIS NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	489
<i>Ramon Tomazela Santos</i>	

É POSSÍVEL A APLICAÇÃO POR ANALOGIA DA MODULAÇÃO DE EFEITOS NA SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES? INFERÊNCIAS A PARTIR DA MODULAÇÃO DA TESE TRIBUTÁRIA DO SÉCULO (RE 574.706) <i>Ravi Peixoto</i>	509
ALÍQUOTA ZERO DA CONTRIBUIÇÃO AO PIS E DA COFINS – CASO DOS FABRICANTES E IMPORTADORES DE DISPOSITIVOS MÉDICOS <i>Renato Nunes</i>	535
A REGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA COMO INSTRUMENTO DE ASSIMETRIA DE GÊNERO <i>Roney Sandro Freire Corrêa</i>	551
REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA APET	567